

RECASAMENTO E RECOMPOSIÇÃO FAMILIAR: QUESTÕES METODOLÓGICAS, DE LINGUAGEM E DAS TEORIAS

Júlia S. N. Ferro Bucher
Maria Alexandra M. Rodrigues
Universidade de Brasília

RESUMO - Neste trabalho apresentamos uma reflexão acerca das mudanças na concepção legal de casamento e filiação, decorrentes da nova Constituição Brasileira. Em seguida avaliamos os estudos sobre recasamento e a recomposição familiar, realizados nos últimos 10 anos. Abordamos as principais questões metodológicas decorrentes deste novo objeto de estudo e a problemática em relação à nomenclatura utilizada pelos pesquisadores. Analisamos também a linguagem usada entre as pessoas pertencentes a essas novas redes de relações. Refletimos ainda sobre a contribuição das principais abordagens teóricas acerca do recasamento e da recomposição familiar.

REMARRIAGE AND FAMILY RECONSTITUTION: QUESTIONS REGARDING METHODOLOGY, LANGUAGE AND THEORY

ABSTRACT - In this paper we comment the changes in the legal concepts of marriage and filiation resulting from the new Brazilian Constitution. We then review studies on remarriage and family reconstitution published in the last ten years. The principal methodological questions raised in this new research field are discussed, as is the question of terminology. We analyse the language used among the members of these new networks and relations and reflect on the contributions of the principal theoretical approaches to remarriage and family reconstitution.

Os temas do recasamento e da recomposição familiar têm sido pouco estudados no Brasil. As razões devem-se ao fato de que o tema permaneceu no obscurantismo durante séculos, ou seja, o homem em geral se dividia entre dois lares, convivendo com duas famílias. Paulatinamente aconteceram transformações nas relações entre o homem e a mulher, tornando-as menos ambíguas e mais assumidas. O recente desaparecimento do tabu, com a legitimação dessas relações, pode facilitar o estudo dessa nova forma de relação denominada recasamento.

Endereço: Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, ICC Sul, Asa Norte - 70910, Brasília, DF.

A nova Constituição Brasileira (1988) trouxe mudanças importantes no que diz respeito à questão do casamento e das designadas "uniões livres", bem como à questão dos filhos.

O casamento tem sido a forma legal e social de regulamentação das relações entre homem e mulher e tem sido considerado a base legal de constituição de uma família. No contexto brasileiro sobretudo, as inúmeras relações conjugais sem vínculo legal foram designadas durante muito tempo por "concubinato" e "relações maritais". "Amasiar-se ou amancebar-se" eram as designações da forma de relacionamento sem vínculo legal, em que a mulher tomava a nomenclatura de amásia ou ainda concubina, bem descrita por José Régio em *Histórias de Mulheres*: "Alguns até conservaram uma espécie de velha amásia oficial que chegara a conquistar a quase honorabilidade duma esposa segunda" (Ferreira, 1986, p. 100). É no trabalho clínico que se ouve os relatos traumáticos do que significou ser um "filho natural", um "filho da mãe" ou ainda um "bastardo".

A realidade vivida por uma grande parte da população, já constatada ao longo da nossa história (Mendes, 1951; Freire, 1933, 1951; Ferro, 1969) foi legitimada pela nova Constituição. Assim, temos o reconhecimento pelo Estado, da união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar (art. 226, § 3) e a família sendo definida como a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226, § 4). Desta forma, o Brasil vê legalizada a situação dos filhos ditos "naturais" e das uniões ditas "livres".

Esta recente mudança na legislação é por nós assinalada como marco importante para se incentivar ainda mais as pesquisas sobre o recasamento e a recomposição familiar.

Neste trabalho, visamos dar uma contribuição aos futuros pesquisadores sobre o tema, a partir da apresentação e discussão de aspectos metodológicos e teóricos encontrados principalmente nas pesquisas dos últimos anos em outros países, as quais nos podem fornecer importantes subsídios para se estudar esta temática no nosso contexto cultural.

Os estudos psicológicos sobre recasamento e recomposição familiar

A complexidade dos problemas relacionados ao casamento e à recomposição familiar pode ser percebida claramente no seguinte mapeamento:

Este mapeamento indica claramente as novas relações biológicas e emocionais a nível da família anterior e da(s) nova(s) família(s) constituída(s). A rede social fica portanto transformada, tornando-se de uma complexidade crescente.

Contrariamente ao que vem sucedendo em relação ao divórcio, o estudo da nova fase do ciclo vital que se inicia com o recasamento tem sido relegado para segundo plano no âmbito da literatura psicológica, sendo ainda escassos os estudos teóricos, e principalmente os empíricos, que abordam questões específicas relacionadas à temática. No Brasil, destacamos os trabalhos de Maldonado (1986), Feres Carneiro (1987) e Penso (1989).

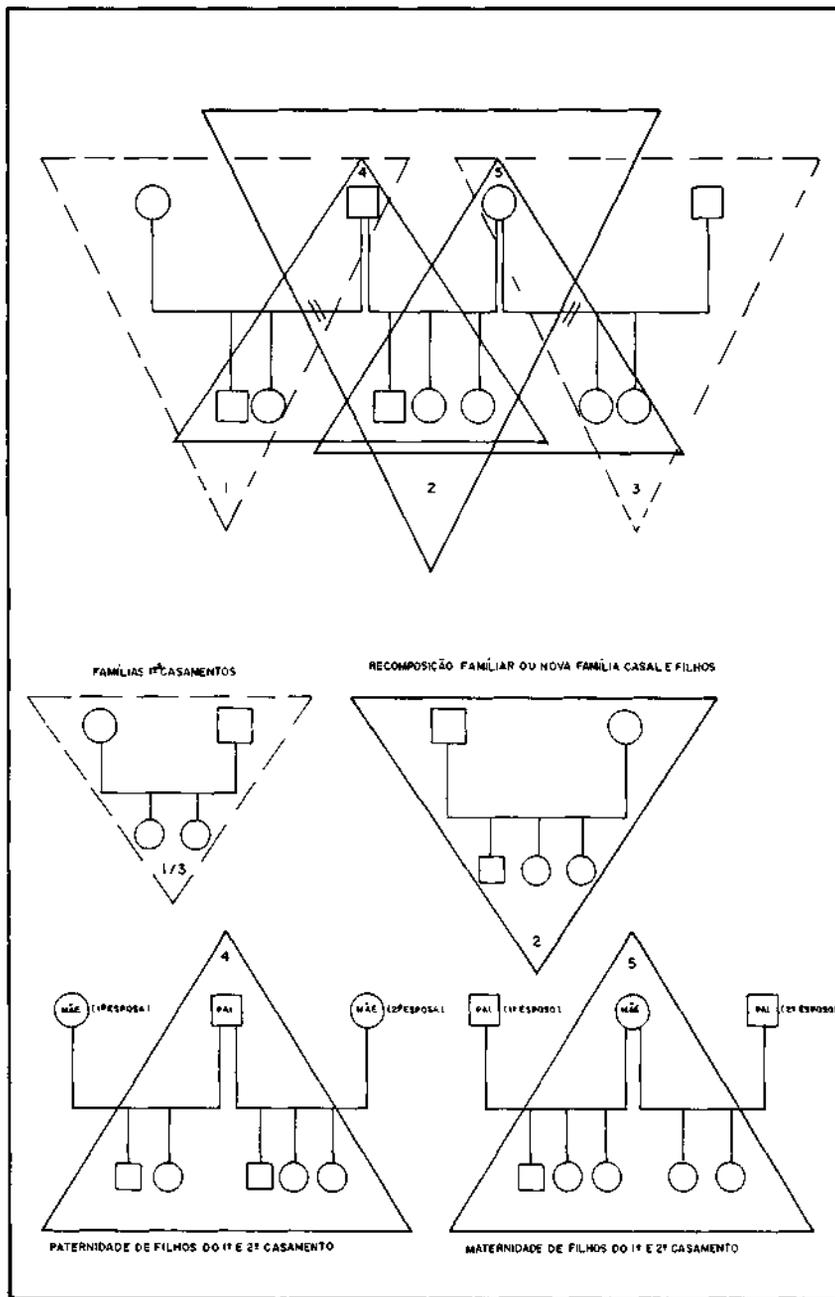


Figura 1 - Mapeamento da complexidade crescente das interações familiares no(s) recasamento(s).

De acordo com informação derivada do levantamento bibliográfico realizado por Bergquist (1984), referente ao período entre 1979 e 1982, bem como a partir do Psychological Abstracts (1982-1989), podemos constatar as principais preocupações temáticas da literatura psicológica especializada. Destacam-se, entre outras, as seguintes questões:

- A transição entre o divórcio ou viuvez e o recasamento e recomposição familiar, bem como os fatores implícitos na tomada de decisão acerca do novo casamento e que influenciam a escolha do(a) novo(a) parceiro(a) (Walker, Rogers e Messinger, 1977; Walker e Messinger, 1979; Garfield, 1980; Glick e Lin, 1986; Gentry e Shulman, 1988).

- A compreensão da estrutura, dinâmica, dimensões, necessidades e do ciclo vital da nova família, e em que medida esta se diferencia da família do primeiro casamento (Visher e Visher, 1978; Ramson, 1979; Jacobson, 1980; Sager e Brown, 1980; Wald, 1981; Sadler, 1983; Knaub, Hanna e Stinnet, 1984; Milles, 1984; Papernow, 1984; Pasley, Ihinger & Coleman, 1984; Coleman, Gonong e Gingrich, 1985; Pasley e Ihinger, 1985; Visher e Visher, 1985; Anderson e White, 1986; Oh, 1986; Toth, 1986).

- De que modo toda a história familiar passada, bem como as experiências individuais e sociais, afetam o percurso vivencial da nova família, suas relações internas e externas, as vivências e o comportamento de cada membro (Goldsmith, 1980; Day e Mackeyo, 1981; Kalish e Visher, 1981; Aguire e Parr, 1982; Spanier e Furstenberg, 1982; Mitchell, 1983; Demaris, 1984; Furstenberg e Spanier, 1984; Saul e Scherman, 1984; Burks, Lund, Gregg e Biuhm, 1988; Zimiles e Valerie, 1989).

- Como se reestruturam as relações familiares: o efeito do recasamento sobre a redefinição de fronteiras e papéis e o tipo de relações estabelecidas entre a nova e a antiga família, uma vez que se está em presença de novas formas de convívio entre parentes biológicos e não biológicos, várias gerações e mentalidades, amigos da ex-família e da nova, pessoas que nunca conviveram entre si (Hunter e Schuman, 1980; Kent, 1980; Kompara, 1980; Clingempeel, 1981; Ambert, 1982; Santrock, Warshak, Lindbergh e Meadows, 1982; Tropsf, 1984; Pink e Wampler, 1985; Rosenberg e Hajal, 1985; White e Booth, 1985; Ambert, 1986; Clingempeel e Segal, 1986; Day e Bahr, 1986; Filinson, 1986; Ganong e Coleman, 1986; Gross, 1986; Inhinger e Pasley, 1986; Kvanli e Jennings, 1986; Sauber e Weinstein, 1986; Uhlenberg e Chew, 1986; Brand e Clingempeel, 1987; Ganong e Coleman, 1987; Hobart e Brown, 1988; Sauer e Fine, 1988).

- Os estereótipos e mitos ligados ao recasamento e à constituição de uma nova família: o mito da felicidade conjugal, o mito da madrasta perversa e outros (Jacobson, 1979; Bernard, 1981; Leffel e Reinart, 1981; Radomisli, 1981; Tumbull e Turnbull, 1983; Germain, 1984; Morrinson e Thompson-Guppy, 1985).

- Como intervir clinicamente no *continuum* entre o divórcio e a recomposição familiar, de que modo proceder no aconselhamento e tratamento das famílias recompostas, como ajudar a evitar disfunções e outros efeitos adversos nas crianças, adolescentes e adultos, como promover o desenvolvimento do potencial do novo sistema familiar (Greif, 1982; Huntington, 1982; Sager, Brown, Crohn, Engel, Rodstein e Walker, 1983; Ellis, 1984; Skeen, Covi e Robinson, 1985; Wolf e Mast, 1987).

O nosso interesse principal centra-se na análise de como a temática recasamento/recomposição familiar vem sendo abordada na literatura psicológica, visando identificar os principais enfoques teóricos, bem como algumas questões metodológicas pertinentes. Em decorrência dos estudos sistematizados que consultamos, principalmente na literatura norte-americana e canadense (são escassos os estudos brasileiros e europeus sobre o assunto), várias questões emergiram, entre as quais nos parecem merecer especial relevância:

1. As metodologias de pesquisa mais frequentemente utilizadas nesta área: em que medida elas se adequam ao objeto de estudo recasamento? Quais as sugestões a considerar no sentido de inovar metodologicamente, considerando a existência de um novo objeto de estudo?

2. As questões de linguagem mais salientes no âmbito da pesquisa sobre recasamento: que problemas emergem da criação de neologismos para designar novas relações derivadas do recasamento e da recomposição familiar? (esses dois termos, aliás, fazem parte do novo dicionário da linguagem familiar e clínica).

3. As principais abordagens teóricas sobre recasamento/recomposição familiar: quais as variáveis, aspectos e problemas mais valorizados? Como eles são analisados?

1. As metodologias de pesquisa

A maior parte dos trabalhos consultados são teóricos, recorrendo os seus autores freqüentemente a relatos de experiência clínica e utilizando dados estatísticos, analisados mais ou menos profundamente. A maioria dos autores limita-se a realizar uma apreciação crítica acerca dos procedimentos metodológicos de pesquisas realizadas, apontando as respectivas falhas metodológicas.

Visher e Visher (1978) salientam que o objeto de estudo de pesquisas sobre recomposição familiar, derivada do recasamento, reduziu-se durante muito tempo às criações dessas famílias, tendo-se dado atenção aos pais, madrastas e padrastos (bem como aos outros subsistemas familiares envolvidos) só muito recentemente. Quanto às amostras envolvidas nesse tipo de pesquisa, são geralmente reduzidas (Kent, 1980), não randômicas e retiradas de populações clínicas (Walker e colaboradores, 1977), envolvendo freqüentemente apenas um membro da família recomposta (Kent, 1980). Também muitas dessas pesquisas enfocam variáveis familiares limitadas.

A maioria dos estudos utiliza metodologias simplistas, confiando cegamente nas taxas de divórcio apresentadas por censos nem sempre confiáveis ou nos altos índices de insatisfação relatados, como medidas dependentes (Clingempeel, 1981). Quase todas as pesquisas são conduzidas apenas em um momento ao longo do tempo (Walker e col., 1977). Por outro lado, são realizados também estudos retrospectivos (Kent, 1980). Deste modo, a maior parte dos procedimentos não permite uma avaliação clara dos níveis de validade e fidedignidade.

Embora nas críticas mencionadas estejam já implícitas algumas sugestões dos respectivos autores, alguns revelam de forma mais precisa as suas propostas de modificações de ordem metodológica. Eis algumas das sugestões encontradas:

Quanto ao objeto de estudo e variáveis a considerar

Cherlin (1978) salienta a necessidade de se pesquisar as normas que estão emergindo em relação ao recasamento e de que modo elas estão surgindo; investigar a influência das instituições sociais sobre filhos, maridos e mulheres no primeiro casamento e no recasamento; realizar estudos etnográficos que permitam descobrir os padrões emergentes da institucionalização nas famílias recompostas e pesquisar soluções para a institucionalização do recasamento.

Walker e col. (1977) sugerem que deveria ser enfocada na pesquisa a relação dos membros da família recomposta com parentes e amigos relacionados com o casamento anterior.

Kompara (1980) sugere a necessidade de preocupação teórica e empírica com as várias modalidades de família que se estão tornando prevalentes na sociedade.

Quanto a metodologia

É apontada a necessidade de se realizarem pesquisas longitudinais (Walker e col., 1977; Clingempeel, 1981). Todavia, convém ressaltar as dificuldades encontradas com a utilização desta metodologia, conforme sugere estudo recente realizado nos Estados Unidos (Zimiles, 1989), que indica que o crescente número de recasamento está dificultando a realização de estudos longitudinais sobre as repercussões nos filhos que já convivem com os irmãos de pelo menos dois pais ou mães diferentes. Uma das razões que acentua esta dificuldade é a progressiva diminuição de espaçamento entre dois recasamentos.

Quanto às amostras

Deveriam ser selecionadas também de populações não clínicas. Por outro lado, é necessário tratar os membros da família como unidade de análise e não apenas o casal ou as crianças, bem como focar a relação dos membros da família recomposta com parentes e amigos do casamento anterior (Walker e Messinger, 1979).

Quanto ao procedimento

Várias sugestões para a diversificação de procedimentos são apontadas. Destacamos as de Walker e col. (1979): para se observar a reconstrução de fronteiras familiares nos vários estágios do processo separação-recasamento, poder-se-ia, por exemplo, promover discussões de casais recasados ou em vias de se recasarem, ou seja, em diferentes estágios do processo, em vez de se recorrer unicamente a populações recasadas que procuram qualquer tipo de ajuda clínica.

Verifica-se ainda a tendência para a organização de serviços especializados, estando os terapeutas em constante supervisão e reunindo-se periodicamente para troca de experiências, atualização, sistematização e publicação.

Concluimos que parece estar sendo realizado um esforço considerável de adequação da metodologia de pesquisa clínica a este novo objeto de estudo, atendendo à

sua especificidade e complexidade. As observações dos diferentes autores sobre as questões metodológicas são de grande importância para futuras pesquisas na área. As articulações entre os parâmetros teóricos e os métodos de investigação devem ser muito bem consideradas.

2. Algumas questões de linguagem

Encontramos, na literatura americana e canadense (países onde a tradição do recasamento vem de longa data), uma vasta gama de designações para rotular a família derivada de um novo casamento, bem como as relações familiares daí resultantes, sendo por vezes difícil encontrar os seus equivalentes na língua portuguesa.

A "família do primeiro casamento" (*first marriage family*, conforme Walker e col., 1977), tem sido designada também de "intacta" (*intact*) e "original" (*original*, de acordo com Hunter e Schuman, 1980), ou ainda "nuclear" (*nuclear*, conforme Walker e col., 1979; Sagere col., 1983).

A família derivada de um novo casamento - "recasamento" (*remarriage*) - tem sido designada na literatura psicológica como família "recasada" (*remarried* ou *recoupled*, segundo Kent, 1980). Na realidade os cônjuges é que são recasados, não a família. Tem sido também chamada de família "reconstituída" (*reconstituted*), "recomposta" ou "recombinada" (*blended family* ou *stepfamily*, conforme Kompara, 1980), termos que nos parecem mais adequados.

Para melhor compreensão da questão, exploraremos as tendências prevalentes na literatura especializada, quanto à análise das relações entre a família do primeiro casamento e a família recomposta - o que certamente reflete, e por sua vez influencia, as designações mencionadas: alguns autores enfatizam excessivamente as semelhanças entre ambas, o que estaria representado no mito de que a família recomposta atuaria de acordo com o modelo da família nuclear (Visher e Visher, 1978); outros autores opõem ambas, apresentando uma *versus* a outra (Hunter e col., 1980). Esta última tendência, mais recente, tem procurado acentuar as diferenças entre ambas, atribuindo à família "primária" (*primary*) um ideal de monogamia ("até que a morte nos separe"), enquanto a família "recomposta" se caracterizaria por "um baixo nível de compromisso dos *partners* para manter uma unidade estável durante um determinado período de tempo" (Hunter e col., 1980, p. 447); a sua orientação poderia ser resumida na frase "se não resultar", o que se oporia ao ideal de eternidade monogâmica da família do primeiro casamento.

Acreditamos que é importante considerar tanto as semelhanças quanto as diferenças entre ambas, uma vez que uma não é a réplica da outra. À forma de tanto querer diferenciar um tipo de família do outro, a nosso ver alguns autores acabaram incorrendo no erro de opô-las.

Parece-nos que o termo menos comprometido para designar a família do primeiro casamento será chamá-la assim mesmo, pois os restantes termos têm uma acentuada conotação valorativa: chamar de "nuclear" a família do primeiro casamento parece-nos criticável, já que esta pode ser bastante extensa e também porque a(s) família(s) do(s) casamento(s) seguinte(s) pode(m) diferir muito quanto à extensão e es-

trutura. O termo "intacta" parece contrastar com o seu oposto ("não intacta"), que é na literatura psicológica indicativo de disfunção. O termo "original" pode remeter para a família de procedência dos cônjuges, que freqüentemente é designada de "família de origem".

Se a proliferação de termos para designar a família derivada de um novo casamento tem encontrado naturalmente os seus equivalentes na língua portuguesa (a publicação mais recente adotou a tradução "família recomposta" - Maldonado, 1986), o mesmo não tem acontecido em relação a termos que caracterizam as novas relações familiares daí resultantes: por exemplo os termos *halfbrother* e *stepbrother* são traduzidos em português genericamente como "meio irmão", embora na literatura americana designem respectivamente o irmão nascido dentro de um novo casamento do pai ou da mãe e o irmão proveniente do casamento anterior da madrastra ou do padrasto (Clingempeel, 1981). E como chamar o novo marido da mãe ou a nova esposa do pai? Conforme os trabalhos sobre o tema na literatura de língua inglesa (Kompara, 1980), eles têm sido designados de *acquired parents* (pais adquiridos?), *co-parents* (co-pais?), *non-parents* (não pais?), ou ainda *second-mother* ou *second-father* (segundo-pai ou segunda-mãe?). E quanto ao tratamento pessoal? Deverão tratar-se pelo nome próprio? Em que medida a idade de ambos e o tipo de relação estabelecidas o permitem? Que soluções cada família poderá encontrar, em função da sua história relacional e de aspectos culturais de cada sociedade?

Um outro problema de linguagem merece ainda a nossa atenção: uma boa parte dos termos utilizados carrega uma forte conotação negativa. Kompara (1980) acha que a família recomposta carrega consigo uma espécie de rótulo desviante. Kent (1980) salienta a influência dos mitos e estereótipos de madrastra e padrasto, com a conotação de negativo, maligno e perverso ao longo de gerações, conseqüentemente gerando ambivalência e expectativas negativas nas crianças e até nos adultos.

Esses mitos, principalmente o da madrastra perversa, estão presentes no imaginário das estórias infantis, bem como nas lendas populares. Já os padrastos não são celebrados tão negativamente na mitologia, razão porque têm sido freqüentemente negligenciados pelos profissionais de saúde mental, embora vivenciem também inúmeros conflitos. Por outro lado, o padrasto passa geralmente menos tempo com as crianças, o que não acontece com a madrastra, a qual entra numa situação que caracteriza o seu papel como historicamente cruel. Naturalmente que o fato da criança viver ou não com a madrastra, bem como o tipo de relação que mantém com o pai e a mãe, afetam esta situação.

No Brasil, têm sido utilizados genericamente os termos *tio* e *tia* para designar professores, amigos dos pais e esse novo papel assumido em função do novo casamento, confundindo ainda mais a questão. Em que medida essa nomenclatura repercutiria como facilitadora de interações mais saudáveis, provocando uma descaracterização do mito da madrastra perversa?

Visto que as expectativas em relação a papéis familiares se perpetuam em parte através da linguagem, parece-nos bastante importante prestar atenção a estes aspectos que, além de um grande cuidado com a utilização adequada da terminologia, exigem uma boa dose de criatividade. Um aspecto relevante para futuros estudos a

este respeito seria o das conotações afetivas das palavras designando o novo sistema de parentesco.

3. Enfoques teóricos

Na literatura consultada, dois tipos de enfoque acerca do recasamento/recomposição familiar predominam: o clínico - numa perspectiva sistêmica - e o social. Não se trata aqui de se opor duas concepções acerca do assunto em questão, mas sim considerar a predominância de uma ou de outra na qualidade de modelos que tentam identificar, explicar e relacionar variáveis. As referidas concepções nem sempre são claramente identificadas na literatura, mas estão subjacentes aos conteúdos dos artigos consultados.

Os autores de enfoque predominantemente clínico/sistêmico preocupam-se basicamente com as seguintes questões: a modificação e o restabelecimento de fronteiras e papéis ao longo do processo de transição viuvez ou divórcio/recasamento, gerando o conflito entre manter a continuidade e modificar-se; nesse contexto e de acordo com Kent (1980, p. 148), "muito do que é considerado comportamento patológico ou disfuncional por parte dos membros da família pode, de fato, representar os seus esforços para lidar com essa modificação".

Outro assunto amplamente focado por autores dessa corrente é a questão da mitologia familiar (Visher e Visher, 1978), incidindo especialmente no imaginário negativo ligado à figura da madrasta, bem como em outros mitos como, por exemplo, o de que "o amor acontece instantaneamente" (p. 226) ou de que "é mais fácil lidar com as crianças quando elas não vivem em casa" (p. 225).

Um aspecto abordado por Walker e col. (1979) é o processo de ajustamento contínuo da família ao longo do ciclo vital, quer a nível do seu funcionamento como sistema, quer a nível individual. Esse processo de ajustamento implica, no período de transição para uma recomposição familiar, a necessidade de tempo, tolerância, e de se deixar as fronteiras parcialmente abertas e permeáveis.

Autores como Hunter e col. (1980) preocupam-se em explicar as diferenças de funcionamento, estrutura e valores, entre as famílias do primeiro casamento e as famílias recompostas. As medidas de prevenção primária e secundária com famílias no processo de transição divórcio—recasamento são também enfocadas (Sager e col., 1983).

Maldonado (1986) procede a um levantamento exaustivo dos possíveis problemas das famílias recompostas, incidindo especialmente nas reações e dificuldades das crianças e adolescentes face aos novos parceiros da mãe ou do pai, e nas conseqüências de um filho no contexto do recasamento. Refere ainda os sintomas geralmente apresentados pelas crianças e como os novos pais reagem a essas dificuldades.

Os autores de enfoque predominantemente voltado para o social, além de considerarem a família basicamente como uma forma de organização social, preocupam-se em aprofundar os seguintes aspectos: a precariedade da unidade, estruturação, vinculação e coesão da família derivada do recasamento, devido à ausência de soluções padronizadas ou de linhas de orientação institucionais para resolver os seus proble-

mas mais comuns; a unidade familiar enfraquecida pelo fato de nem a lei, nem a linguagem, nem os costumes, oferecerem suporte institucional adequado às famílias recompostas (Cherlin, 1978).

Outros pesquisadores, como Clingempeel (1981, p. 890) levantam a hipótese de que "a maior instabilidade do recasamento deriva da ausência de prescrição de papéis na sociedade para regular as relações e interações com os quase-parentes (*quasi-kin*), os esposos anteriores do casal recasado". Ainda outros autores se preocupam em estabelecer uma relação entre a ausência de aprendizagem social dos papéis de madrasta e padrasto e a dificuldade do seu desempenho, bem como entre a experiência do casamento anterior e as vivências do novo casamento (Kompara, 1980).

Alguns autores indicam ou prescrevem soluções derivadas da sua própria experiência clínica. Os autores de enfoque predominantemente clínico fornecem algumas indicações acerca de atitudes e comportamentos favorecedores de um relacionamento bem sucedido no recasamento. As sugestões fornecidas por teóricos com enfoque no social resultam, naturalmente, da especificidade dos seus próprios pontos de vista, embora algumas se aproximem muito ou coincidam até com as apontadas pelos outros autores.

Estas são as principais conclusões encontradas pelos pesquisadores:

- Necessidade de tempo e de tolerância para a mudança, isto é, não querer resolver de imediato a problemática dessas novas relações (Walker e col., 1979; Visher e col., 1978).

- Necessidade de envolver a criança no planejamento do recasamento, considerando-a sempre informada acerca do estágio do relacionamento do seu pai/mãe com o novo parceiro; fazer conviver informalmente a futura família, antes de viverem sob o mesmo teto, como forma de prevenir problemas graves e resolvê-los antecipadamente (Walker e col., 1977).

- Necessidade de tentar várias formas de relacionamento entre o novo casal e entre madrasta/padrasto/criança, até descobrir a forma mais adequada de relacionamento (Visher e col., 1978), em vez de se admitir de imediato o fracasso dessas relações.

- Madrastras e padrastos não devem esforçar-se demasiado em função da insegurança dos seus papéis, mas avançar lentamente, pois é necessário tempo para desenvolver sentimentos de proximidade e confiança entre o casal e entre este e as crianças (Walker e col., 1977).

- A coalisão parental, ou seja, a relação de apoio entre o casal, pode influenciar o sucesso das relações com as crianças (Visher e col., 1978).

- É necessário clarear a ambiguidade das formas culturais e definições legais e modificar a política social, como forma de promover a integração e institucionalização das famílias recompostas e a sua aceitação como modalidade de família legítima (Walker e col., 1977).

- É útil organizar grupos de discussão com pessoas que se encontrem em diferentes estágios de institucionalização do recasamento, podendo-se deste modo detectar vários aspectos nas diferentes etapas do processo (Walker e col., 1979).

- À medida que o recasamento se vulgarizar na sociedade, surgirão certos padrões de conduta menos ambíguos e linhas de orientação institucionalizadas, o que contribuirá certamente para o êxito da sua manutenção (Kompara, 1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da crescente dificuldade em se pesquisar acerca de uma temática tão complexa, verificada por nós nos estudos americanos e de outros países, consideramos importante incentivar as pesquisas sobre as dimensões psicodinâmicas e estruturais nessa nova etapa da vida. É também relevante investigar as repercussões para todos os membros envolvidos nessa transformação da vivência familiar, visto que o fluxo crescente destas interações como fenômeno social, traz conseqüências psicológicas até hoje mal conhecidas no nosso contexto cultural.

Os trabalhos que têm sido realizados no Brasil tem investigado este tema a partir de estudos de caso realizados na classe média, não se diferenciando substancialmente dos resultados encontrados nos Estados Unidos. Seria importante incrementar as pesquisas, levando em consideração as diferentes situações das diversas classes sociais nas várias regiões do país, para que se possa ter uma percepção mais ampla deste fenômeno no contexto cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS

- Ambert, A. M. (1982). Differences in children's behavior toward custodial mothers and custodial fathers. *Journal of Marriage & the Family*, 44(1), 73-86.
- Ambert, A. M. (1986). Being a stepparent Live-in and visiting stepchildren. *Journal of Marriage & the Family*, 48(4), 795-804.
- Aguine, B. E., & Parr, W. C (1982). Husbands, marriage order and the stability of first and second marriages of white and black woman. *Journal of Marriage & the Family*, 44 (3), 605-620.
- Anderson, J. Z., & White, G. D. (1986). An empirical investigation of interaction and relationship patterns in functional and dysfunctional nuclear families and stepfamilies. *Family Process*, 25(3), 407-422.
- Bergquist, M. S. W. (1984). The Remarried Family: An Annotated Bibliography, 1979-1982. *Family Process*, 23(1), 107-119.
- Bernard, J. M. (1981). The divorce myth. *Personal and Guidance Journal*, 60(2), 67-71.
- Brand, E., & Clingempeel, W. G. (1987). Interdependences of marital and stepparent-stepchild relationships and children's psychological adjustment Research findings and clinical implications. *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 36(2), 140-145.
- Burks, V. K., Lund, D. A., Gregg, C H., & Bluhm, H. P. (1988). Bereavement and remarriage for older adults. *Death Studies*, 72(1), 51-60.
- Cherlin, A. (1978). Remarriage as an incomplete institution. *American Journal of Sociology*, 84(3), 634-649.

- Clingempeel, W. G. (1981). Quasi-kin relationships and marital quality in stepfather families. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41(5), 890-901.
- Clingempeel, W. G., & Segal, S. (1986). Stepparent-stepchild relationships and the psychological adjustment of children in stepmother and stepfather families. *Child Development*, 57(2), 474-484.
- Coleman, M., Ganong, L. H., & Gingrich, R. (1985). Stepfamily Strengths: A Review of popular literature. *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 34(4), 583-589.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.
- Day, R. D., & Bahr, S. J. (1986). Income changes following divorce and remarriage. *Journal of Divorce*, 9(3), 75-88.
- Day, R. D., & Mackeyo, M. (1981). Redivorce after remarriage: a reevaluation. *Journal of Divorce*, 4(3), 39-47.
- Demaris, A. (1984). A comparison of remarriages with first marriages on satisfaction in marriage and its relationship to prior cohabitation. *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 33(3), 443-449.
- Ellis, A. J. (1984). Second time around: A preventive intervention for remarried couples. *Australian Journal of Sex, Marriage & Family*, 5(3), 139-146.
- Fares-Carneiro, T. (1987). Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 3(3), 250-261.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Hollanda (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ferro, J. S. N. (1969). *Contribution à une Étude de la Famille et de la Sexualité au Brésil*. Dissertação de mestrado. Université Catholique de Louvain.
- Filinson, R. (1986). Relationship in stepfamilies: An examination of alliances. *Journal of Comparative Family Studies*, 77(1), 43-61.
- Freyre, G. (1933). *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maya & Schmidt.
- Freyre, G. (1951). *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora.
- Furstenberg, F. F., & Spanier, G. B. (1984). The risk of dissolution in remarriage: An examination of Cherlin's hypothesis of incomplete institutionalization. *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 33(3), 433-441.
- Ganong, L. H., & Coleman, M. (1986). A comparison of clinical and empirical literature on children in stepfamilies. *Journal of Marriage & the Family*, 48(2), 309-318.
- Ganong, L. H., & Coleman, M. (1987). Stepchildren's perceptions of their parents. *Journal of Genetic Psychology*, 148(1), 5-17.
- Garfield, R. (1980). The decision to remarry. *Journal of Divorce*, 4(1), 1-10.
- Gentry, M., & Shulman, A. D. (1988). Remarriage as a coping response for widowhood. *Psychology & Aging*, 3(2), 191-196.
- Germain, D. (1984). La famille reconstituée: le deuil de l'idéal. *Revue Canadienne de Psycho-Education*, 13(2), 90-107.
- Glick, P. C., & Lin, S. (1986). Recent changes in divorce and remarriage. *Journal of Marriage & the Family*, 48(4), 737-747.

- Goldsmith, J. (1980). Relationship between former spouses: descriptive findings. *Journal of Divorce*, 4(2), 1-20.
- Greif, J. B. (1982). Therapy with remarriage families: IV. The father-child relationship subsequent to divorce. *Family Therapy Collections*, 2, 47-57.
- Gross, P. (1986). Defining post-divorce remarriage families: A typology based on the subjective perceptions of children. *Journal of Divorce*, 70(1-2), 205-217.
- Hobart, C., & Brown, D. (1988). Effects of prior marriage children on adjustment in remarriage: A Canadian Study. *Journal of Comparative Family Studies*, 19(3), 381-396.
- Hunter, J. E., & Schuman, N. (1980). Chronic reconstitution as a family style. *Journal of Social Work*, 25, 446-451.
- Huntington, D. S. (1982). Therapy with remarriage families: II. Attachment loss and divorce: a reconsideration of the concepts. *Family Theory Collections*, 2, 17-29.
- Inhinger, T., & Pasley, K. (1986). Remarriage and integration within the community. *Journal of Marriage & the Family*, 48(2), 395-405.
- Jacobson, D. S. (1979). Stepfamilies: myths and realities. *Journal of Social Work*, 24, 202-207.
- Jacobson, D. S. (1980). Stepfamilies. *Children Today*, 9(1), 2-6.
- Kalish, R. A., & Visser, E. (1981). Grandparents of divorce and remarriage. *Journal of Divorce*, 5(1-2), 127-140.
- Kent, M. O. (1980). Remarriage: a family system perspective. *Social Casework*, 61, 146-153.
- Knaub, P., Hanna, S. L., & Stinnet, L. (1984). Strengths of remarried families. *Journal of Divorce*, 7(3), 41-55.
- Kompara, D. R. (1980). Difficulties in the socialization process of stepparenting. *Family Relations*, 29, 69-73.
- Kvanii, J. A., & Jennings, G. (1986). Recoupling: Development and establishment of the spousal subsystem in remarriage. *Journal of Divorce*, 70(1-2), 189-203.
- Leffel, C., & Reinart, M. (1981). Comments on Albrechts "Correlates of marital happiness among the remarried". *Journal of Marriage and Family*, 43(2), 241-243.
- Maldonado, M. T. (1986). *Casamento: término e reconstrução*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Mendes, C. (1951). The Brazilian Family. Em E. Smith & A. Marchand (Orgs.). *Brazil, portrait of a half continent* New York: the Dryden Press.
- Milles, D. M. (1984). A model for stepfamily development *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 33(3), 365-372.
- Mitchell, K. (1983). The price tag of responsibility: a comparison of divorced and remarried mothers. *Journal of Divorce*, 6(3), 33-42.
- Morrison, K., & Thompson-Guppy, A. (1985). Cinderella's Stepmother syndrome. *Canadian Journal of Psychiatry*, 30(7), 521-529.
- Oh, S. (1986). Remarried men and remarried woman: How are they different? *Journal of Divorce*, 94(4), 107-113.
- Papernow, P. L. (1984). The stepfamily cycle: An experiential model of stepfamily development *Family Relations: Journal of Applied Family and Child Studies*, 33(3), 355-363.

- Pasley, K., & Ihinger, T. M. (1985). Portraits of stepfamily life in popular literature: 1940-1980. *Family Relations: Journal of Applied Family and Child Studies*, 34(4), 527-534.
- Pasley, K., Ihinger, T. M., & Coleman, C (1984). Consensus styles among happy and unhappy remarried couples. *Family Relations: Journal of Applied Family and Child Studies*, 33(3), 451-457.
- Penso, M. A. (1989). *Família recasada: suas possibilidades de reorganização a partir de um ciclo de vida específico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, UnB.
- Pink, J. E. T., & Wampler, K. (1985). Problem areas in stepfamilies: Cohesion, adaptability, and the stepfather-adolescent relationship. *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 34(3), 327-335.
- Radomislí, M. (1981). Stereotypes, stepmothers, and splitting. *American Journal of Psychoanalysis*, 41(2), 121-127.
- Ramson, J. W. (1979). A stepfamily information. *American Journal of Orthopsychiatry*, 49(1), 36-43.
- Rosenberg, E. B., & Hajal, F. (1985). Stepsibling relationships in remarried families. *Social Casework*, 66(5), 287-292.
- Sadler, J. D. (1983). Stepfamilies: An annotated bibliography. *Family Relations: Journal of Applied Family & Child Studies*, 32(1), 149-152.
- Sager, C. J., & Brown, H. (1980). Remarriage revisited. *Family and Child Mental Health Journal*, 6, 19-33.
- Sager, C. J., Brown, H. S., Crohn, H., Engel, T., Rodstein, E., & Walker, L. (1983). *Treating the remarried family*. New York: Brunner/Mazel Publishers.
- Santrock, J. W., Warshak, R., Lindberg, C, & Meadows, L. (1982). Children's and parent's observed social behavior in stepfather families. *Child Development*, 53(2), 472-480.
- Sauber, S. R., & Weinstein, C (1986). Terminology for male/female relationships for the 1980s. *Australian Journal of Sex, Marriage & Family*, 7(2), 99-108.
- Sauer, L. E., & Fine, M. A. (1988). Parent-child relationships in stepparent families. *Journal of Family Psychology*, 1 (4), 434-451.
- Saul, S. C, & Scharman, A. (1984). Divorce grief and personal adjustment in divorced persons who remarry or remain single. *Journal of Divorce*, 7(3), 75-85.
- Skeen, P., Covy, R. B., & Robinson, B. E. (1985). Stepfamilies: a review of the literature with suggestions for practioners. *Journal of Counseling and Development*, 64(2), 121-125.
- Spanier, G. B., & Furstenberg, F. F. (1982). Remarriage after divorce: A longitudinal analysis of wellbeing. *Journal of Marriage & the Family*, 44(3), 709-720.
- Toth, A. S. (1986). The remarriage family: An alternative for family functioning. *Conciliation Courts Review*, 24(2), 69-83.
- Tropf, W. D. (1984). An exploratory examination of the effect of remarriage on child support and personal contacts. *Journal of Divorce*, 7(3), 57-73.

- Turnbull, S. K., & Turnbull, J. M. (1983). To dream the impossible dream: An agenda for discussion with stepparents. *Family Relations: Journal of Applied Family and Child Studies*, 32(2), 227-230.
- Uhlenberg, P., & Chew, K. S. Y. (1986). The changing place of remarriage in the life course. *Current Perspectives: Aging and the Life Cycle*, 2, 23-52.
- Visher, E. B., & Visher, J. S. (1978). Common problems of stepparents and their spouses. *American Journal of Orthopsychiatry*, 48(2), 252-262.
- Visher, E. B., & Visher, J. S. (1985). Stepfamilies are different. *Journal of Family Therapy*, 7(1), 9-18.
- Wald, E. (1981). *The Remarried Family, Challenge and Promise*. New York: Family Association of America.
- Walker, K. N., Rogers, J., & Messinger, L. (1977). Remarriage after divorce: A review. *Social Casework*, 58, 276-285.
- Walker, K. N., & Messinger, L. (1979). Remarriage after divorce: Dissolution and reconstruction of family boundaries. *Family Process*, 18, 185-192.
- White, L. K., & Booth, A. (1985). The quality and stability of remarriages: The role of stepchildren. *American Sociological Review*, 50(5), 689-698.
- Wolf, P. A., & Mast, E. (1987). Counseling issues in adoption by stepparents. *Social Casework*, 32(1), 69-74.
- Zimiles, H., & Valerie, L. (1989). *A study of the impact of divorce & remarriage on adolescence*. Congresso Interamericano de Psicologia, Buenos Aires. Abstracts.

Recebido em 08/05/90

